

TRANSMISSÃO DE SABERES E TÍTULO UNIVERSITÁRIO: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DO PROUNI

Andréa Bayerl Mongim*

RESUMO

Neste estudo analiso percursos sociais de estudantes, oriundos de famílias consideradas de classes populares e beneficiários do Prouni, através de entrevistas de “relatos de vida”. Analiso o processo de constituição de significados e de incorporação prática de princípios que concorreram para construção e objetivação do projeto de aquisição do título universitário. Tal projeto é construído de forma não naturalizada, efetivando-se pela interação com agentes mediadores, posicionados em quadros institucionais que ultrapassam os limites das redes de relações da família nuclear. A conclusão do curso superior representa não somente a possibilidade de exercer profissão melhor remunerada e valorizada, mas também, em uma sociedade operada por princípios de hierarquização e exclusão, de incluir-se em grupo de maior prestígio e *status*, onde seja possível ter voz e vez.

Palavras-chave: Prouni – curso superior – prestígio e *status* social

INTRODUÇÃO

Neste texto analiso percursos sociais de estudantes que, oriundos de famílias consideradas de classes populares, investiram, nos últimos cinco anos, para ingressar em Instituição de Ensino Superior privada, mediante programa de concessão de bolsas a designados candidatos de “baixa renda”.

* Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense e professora visitante do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Esses estudantes vêm construindo percursos escolares singulares, se comparados aos seus pais e irmãos. Filhos de trabalhadores dedicados a atividades não-qualificadas, próprias ao mercado de trabalho urbano, representam, em geral, a primeira experiência familiar de ingresso no curso superior.

Nas últimas três décadas, sobretudo a partir dos anos 1990, o *campo* do ensino superior vem experimentando reordenamentos por efeitos de transformações expressivas das lutas políticas em prol da diminuição do quadro de desigualdades socioeconômicas da população, merecendo destaque o implemento de políticas de bolsas de estudo e de cotas articuladas às ações afirmativas.

No contexto dessas transformações, reafirma-se, no plano mais genérico, a inclusão de estudantes oriundos das consideradas classes populares, especialmente quando se refere aos reivindicados ou autoreconhecidos negros e afrodescendentes.

O aumento da demanda por esse nível de ensino é claramente percebido através das diferentes estratégias construídas para ampliar o acesso às universidades. A partir dos anos 1990, multiplicaram-se em todo o país, movimentos sociais com este objetivo, especialmente os cursos pré-vestibulares alternativos, gratuitos ou sem fins lucrativos. Dentre estes, destacam-se o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) e o Educafro, que congregam centenas de núcleos de preparação de jovens para o vestibular (SOUZA, 2003). Em paralelo e referenciadas pelo debate internacional do movimento negro, que proclama o implemento de ações afirmativas para a redução das desigualdades de oportunidades, essas organizações, no Brasil, têm atuado na defesa de políticas que garantam o ingresso no ensino superior, especialmente através da reserva de cotas para negros, oferecidas nas universidades públicas.

Além do projeto que prevê cotas em universidades públicas, o governo federal, através de decreto-lei, instituiu em 2004 o Programa Universidade para Todos

(Prouni), destinando bolsas integrais e parciais (50%) a estudantes considerados de “baixa renda”, em Instituições de Ensino Superior privadas, além de reservar 50% destas vagas para estudantes negros, indígenas, deficientes físicos e professores do ensino básico.

O designado processo de inclusão no ensino superior, reivindicado por representantes desses movimentos sociais e levado à frente com o implemento dessas recentes políticas de ação afirmativa, assume contornos polêmicos, instituindo um acalorado debate, inclusive no campo acadêmico. Ganha, então, o espaço público, com a adesão de lideranças discentes, docentes, do já citado movimento negro, do recém constituído Movimento dos Sem Universidade (MSU), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), além de alguns outros segmentos da população em geral.

Tanto os trabalhos em que se buscam analisar o sistema de cotas para negros na universidade, quanto os que se voltam para o Prouni como uma extensão do projeto de privatização do ensino superior, constituem-se, na maior parte dos casos, em pesquisas de caráter documental e bibliográfico, secundarizando a análise relativa às concepções e práticas dos atores envolvidos diretamente no processo, na condição de beneficiários desses programas.

Nesses termos, situando-me em perspectiva antropológica, tomo como proposta neste texto analisar os percursos sociais de estudantes universitários considerados de classes populares e beneficiários do Prouni. Privilegio o processo de constituição de significados e de incorporação prática de princípios instituintes que concorrem para a construção e a objetivação do projeto de aquisição do diploma de curso superior. Destaco, nos percursos sociais, as interações com agentes de mediação que ultrapassam o sistema de valores da família nuclear e das respectivas redes de relações.

Assumindo tal proposta, apoio-me na perspectiva sociológica que, rompendo com a dicotomia entre indivíduo (visto como um ser isolado) e sociedade (vista como

um ente externo), concebe as pessoas como “pluralidades” (ELIAS, 1994; 2001). Com base no conceito de “configuração”, Elias enfatiza as relações entre mudança na organização da estrutura social e mudanças na estrutura de comportamento dos indivíduos. Argumenta que:

Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. Eis o motivo porque não é particularmente frutífero conceber os homens à imagem do homem individual. Muito mais apropriado será conjecturar a imagem de numerosas pessoas interdependentes formando configurações (isto é, grupos ou sociedades de tipos diferentes) entre si. O conceito de configuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocadamente o que chamamos de ‘sociedade’ que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um ‘sistema’ ou ‘totalidade’ para além dos indivíduos, mas a rede de interdependência por eles formada. (ELIAS 1994, p. 16-17),

Esta forma de conceber os indivíduos como seres que existem enquanto “pluralidades” demonstra, conforme discute Ferrarotti (1983), que cada vida pode ser vista como sendo, ao mesmo tempo, singular e universal, expressão da história pessoal e social, representativa de seu tempo, seu lugar, seu grupo, síntese da tensão entre as singularidades individuais e o condicionamento dos contextos estruturais.

Ao me referir à mediação social, posiciono-me diante da proposta analítica que a concebe contrapondo-se “aos essencialismos e positivismos, aos substantivismos absolutizantes, bem como à dicotomização entre indivíduo e sociedade” (NEVES, 2008, p.23). Trata-se de uma proposta que:

Alude à representação dialética porque valoriza as representações e as transformações do mundo, a institucionalização, a conciliação, a conformação e o questionamento quanto às regras que legitimam reconhecidas ordens sociais. Implicando, portanto, no reconhecimento dos significados coletivamente produzidos e intercomunicados, a utilidade explicativa do termo mediação funda-se na abertura para compreensão da construção da ordem social (NEVES, 2008, p. 24).

Diante de tal proposta, a mediação social é concebida como processo de intercomunicação entre diferenciados universos sociais, “só alcançáveis se corresponderem a saberes obtidos pelo mediado, isto é, se este se apresenta como sujeito de produção de inerentes novos saberes” (NEVES, 2008, p. 39). Isto significa que a ação do mediador não se restringe a interligar mundos diferenciados, pois ele também constrói e, portanto, tenta relativizar as representações dos mundos sociais que pretende interligar e o campo de relações que viabiliza esse modo específico de interligação (NEVES, 2008).

Sob tal perspectiva, a mudança pensada pelo processo de mediação não significa a passagem de um universo de significados a outro. A ação dos mediadores sociais no processo de mudança para a posição de estudantes universitários não é concebida como sendo resultante da imposição da vontade dos primeiros. Isto seria destituir esses atores, os estudantes, de voz e vez. É preciso considerar a mediação construída na participação ativa tanto de mediadores quanto de mediados, pois é o entendimento da ação recíproca entre tais atores que conduz à compreensão do “conjunto das forças sociais em jogo, isto é, colocar o ator na história, para se interrogar sobre a produção das situações históricas” (NEVES, 2008, p. 39).

Do ponto de vista metodológico, busquei me aproximar da perspectiva proposta por Bertaux (1997), optando pela realização de entrevistas do tipo “relato de vida”. Considerando que o termo “história de vida” apresenta-se de forma pouco conveniente, uma vez que não distingue a história vivida por uma pessoa e o relato feito por ela, Bertaux (1997) elege por opção epistemológica, da qual compartilho, “relatos de vida” como unidade de análise. Assim o faz compreendendo que o termo se apresenta de forma epistemologicamente mais adequada, uma vez que um relato pessoal somente corresponde a uma aproximação da história objetivamente ou subjetivamente vivida por alguém. Portanto, ao optar pela reconstituição da história de vida de alguém,

exclusivamente através do seu próprio relato, o pesquisador somente tem a ilusão de tê-lo feito.

De acordo com o mencionado autor, “o relato de vida resulta de uma forma particular de entrevista, uma entrevista narrativa, ao curso da qual um pesquisador solicita a uma pessoa, denominada sujeito, a contar toda ou parte de sua experiência vivida” (BERTAUX, 1997, p. 06). Defini como “categoria de situação” estudantes, beneficiários do Prouni, residentes em bairros do município de Cariacica/ES que, entre o primeiro semestre do ano de 2005 e o segundo do ano de 2008, ingressaram em Instituição de Ensino Superior privada, situada em Vitória, capital do estado do Espírito Santo.

PERCURSOS SOCIAIS E MEDIAÇÕES SUBJACENTES

O projeto de ingressar na faculdade e obter um diploma de curso superior é construído ao longo dos percursos sociais dos estudantes. Todavia, a possibilidade de deslocamento para uma nova posição social só se torna possível, na maioria dos casos, a partir da constituição de redes de apoio e da interação com agentes que operam como mediadores, por estarem situados para além do universo da família nuclear. Operacionaliza-se, portanto, pela ação orientada segundo fins almejados, mas incertos, isto é, como projeto desnaturalizado, não evidentemente definido pelas famílias dos estudantes.

Ao analisar casos de “sucesso escolar” nas classes populares, destacando as causas do improvável e contrapondo-se às análises que buscam explicações deterministas para situações heterogêneas, Lahire (2004) propôs uma perspectiva analítica centrada na concepção de interdependência dos fenômenos, mais particularmente no conceito de configuração social, conforme definição de Elias (1994). O autor procurou demonstrar o quanto as singularidades existentes nas configurações familiares são fundamentais para a interpretação desse processo.

Nessa mesma perspectiva, muitos outros pesquisadores fundamentaram seus trabalhos, conforme destacado no segundo capítulo deste estudo. No Brasil, especialmente no campo da sociologia da educação, um bom número de estudos foi produzido procurando demonstrar a importância das configurações familiares para os casos de “longevidade escolar” (VIANA, 2005) nas classes populares. Concebo como inegável a importância da ação dos agentes mediadores presentes nas famílias, especialmente no processo de socialização primária, como edificantes de um projeto de escolarização bem sucedido. No entanto, especialmente nas consideradas sociedades complexas, no processo que Berger e Luckmann (2001) chamaram de “socialização secundária”, outras redes são tecidas e outras mediações constituídas.

O processo de mudança para a posição de estudantes universitários pressupõe a interação com diferenciados mediadores, posicionados, na maior parte das vezes, em quadros institucionais que ultrapassam os limites das redes de relações da família nuclear. Tal interlocução se dá tanto na elaboração do projeto como em sua execução. Os referidos agentes podem ser mediadores “personalizados”, como membros da família extensa, professores, colegas de trabalho, mas também e, muitas vezes, mediadores do tipo “formal-legal”. Esses últimos posicionados nas organizações e programas governamentais, como é o caso dos técnicos que atuam no Prouni, ou afiliados a projetos e programas não governamentais, como aqueles que atuam em cursos do tipo Pré-vestibular para Negros e Carentes, organizados pelos movimentos sociais, expressões de um projeto coletivo de ampliar o ingresso na universidade pelas classes populares.

Outros trabalhos também demonstraram, mesmo de forma indireta, as relações que estudantes de “baixa renda” estabelecem com mediadores personalizados ou com aqueles do tipo formal-legal no processo de mudança para a posição de estudantes universitários. Refiro-me aos estudos desenvolvidos por Dauster (2004), Souza e Silva (1999), Teixeira (2003) e Honorato (2004). A primeira autora

analisou a entrada e permanência de estudantes beneficiados por uma bolsa social (institucional) de uma universidade, não-pública. Honorato (2004), assumindo como propósito discutir as “estratégias coletivas em torno da formação universitária”, analisou os percursos de estudantes que ingressaram na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir da inserção nos cursos PVNC. Silva (1999) buscou analisar percursos escolares bem sucedidos, objetivados por moradores das comunidades da Maré - um dos maiores complexos de favelas do Rio de Janeiro - rumo ao curso superior. Por sua vez, Teixeira (2003) teve a intenção de contribuir para o estudo das relações raciais, através da análise dos percursos de estudantes e professores negros de uma IES pública, a Universidade Federal Fluminense (RJ). Constatando que o perfil dos seus entrevistados se caracteriza por “indivíduos de origem social mais baixa, que freqüentaram escolas de primeiro e segundo graus de ensino deficiente e que, por alguma razão, conseguem ascender ao ensino superior, considerado de bom nível” (TEIXEIRA, 2003, p. 186), a autora demonstra que a capacidade de estabelecer uma rede de solidariedade e ajuda foi o fator determinante das trajetórias em ascensão.

Embora não tomando os agentes e redes de mediação como perspectiva de análise, posto que adotam objetivos diferentes dos aqui propostos, esses estudos corroboram o argumento por mim desenvolvido, à medida em que consideraram, como fundamentais, na construção e consolidação do projeto de ingresso no ensino superior, as relações que os mencionados estudantes estabeleceram para além do universo familiar.

Nos percursos sociais analisados, a experiência de ingressar no curso superior representa, na maior parte das vezes, a primeira, dentre os membros da família nuclear.

No entanto, os pais, ou aqueles que os substituem socialmente, são incentivadores, na maior parte dos percursos analisados, da escolarização como projeto prioritário para os filhos. Corroborando a crítica de Lahire (2004), quando

argumenta que a omissão parental é um mito, no presente estudo também foi observado que o pai não permanece alheio. A escolarização, em geral, é um projeto que envolve toda a família. Todavia, em alguns casos, é assumido especialmente pela mãe.

Como anteriormente destacado, o projeto de ingressar no curso superior constitui-se e objetiva-se, muito especialmente, a partir das interações que se estabelecem com indivíduos ou grupos que operam como mediadores sociais, posicionados nas diferentes redes de sociabilidade constituídas ao longo dos percursos em questão.

Parte-se da concepção de que o conhecimento do outro deve ser valorizado em toda sua dimensão, uma vez que os agentes institucionais são portadores de posições e conhecimentos concebidos como privilegiados.

Em alguns casos, alguns desses agentes posicionam-se na própria rede de relações familiares, embora não necessariamente na família nuclear. São primos, tios ou maridos os principais incentivadores e/ou intermediários do projeto.

Não desprezando o apoio pregresso dos agentes familiares que incentivaram e apóiam essa projeção, como o pai ou irmãos mais velhos, é para além dos limites do mundo doméstico que se posicionam os agentes mediadores fundamentais ao projeto de mudança da posição social. São interações constituídas no mundo da escola, do trabalho, mas, também, nas instituições religiosas e no engajamento maior ou menor e da abertura para acesso a recursos diversos que os desdobramentos dos movimentos sociais populares propiciam. Estes últimos são instituições mediadoras dotadas de um projeto coletivo de mudança.

Em muitos dos percursos analisados, após conclusão do hoje denominado ensino médio, muitos estudantes ingressam no mundo do trabalho. Em alguns casos, quando o fazem, adiam o projeto de ingresso na faculdade. Em outros, é a partir

das interações com mediadores posicionados nesse universo que irão constituir-lo, percebendo o curso superior como importante e necessário. Em muitos casos, essa mediação é feita por colegas de trabalho que exercem funções especializadas e que possuem formação em nível de terceiro grau. Em geral, percebendo a dedicação e o bom desempenho no trabalho por parte dos estudantes, estimulam-nos a também buscarmos uma especialização, apresentando-lhes um outro universo assim factível de novas posições de futuro. Nesta posição, o diploma de curso superior é percebido como necessário à mobilidade interna em um sistema de funções conhecido.

Em muitos casos, as interações com os agentes portadores de conhecimento quanto à interseção de universos se estabelecem a partir da ocupação de novas posições em movimentos sociais, mormente movimentos ambientais, religiosos, como é o caso dos grupos de jovens católicos e, com maior frequência, os movimentos com o propósito de ampliar o acesso ao ensino superior por parte das classes populares.

Embora, na grande maioria, os estudantes construam percursos escolares, sendo reconhecidos como alunos que alcançaram resultados satisfatórios, a aprovação no vestibular se coloca como um grande obstáculo. O vestibular representa uma espécie de “funil” por onde poucos estão aptos a passar. Em especial, há um reconhecimento de que as provas de matemática, física, química, biologia e a redação constituem-se como os principais “obstáculos” que interditam a passagem por este “funil”. Muitos estudantes priorizam tais conhecimentos no processo de preparação para o vestibular. Essa barreira é reveladora dos princípios de diferenciação social que o exame vestibular institui, mas, também, da precariedade do ensino equivalente nas escolas públicas.

Os cursos preparatórios ao vestibular têm sido, via de regra, de caráter privado. Portanto, ao “estudante de baixa renda”, tal alternativa não se coloca como economicamente viável. Assim, uma das principais ações de agentes afiliados aos

movimentos sociais para ampliar o acesso ao ensino superior tem sido investir sistematicamente na formação, por todo o país, de vários núcleos de cursos do tipo Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

As interações com agentes mediadores presentes em outros movimentos sociais também aparecem como fundamentais ao projeto de ingresso no curso superior. As relações construídas, por exemplo, no movimento ambiental colocaram alguns estudantes em contato com um universo social diferente daquele com o qual conviviam no seu dia-a-dia, abrindo caminhos para o projeto de ingressar na faculdade. O contato com mediadores posicionados para além do grupo familiar foi representativo da abertura de outros universos para onde se devia olhar com a expectativa do encontro com uma vida melhor, por onde seria possível “crescer”.

O ESTUDANTE BOLSISTA OS DILEMAS DA MOBILIDADE SOCIAL

Vim, vi e venci (Márcia, sobre seu ingresso na faculdade).

O processo de mobilidade é construído entre muitos dilemas e constrangimentos. A inserção num novo universo de significados traz à tona sentimentos e sentidos diversos reveladores, muitas vezes, do dilema inerente à condição de ser universitário e bolsista. Mesmo que o outro não seja objetivamente definido, há, por parte da maioria dos estudantes, a sensação de que a vida transita entre dois mundos, em universos simbólicos diferentes. Por isso, ao mesmo tempo em que o acesso à nova posição é comemorado, a percepção da alteridade pode se apresentar como um desafio.

Apesar de, na maior parte das vezes, os estudantes tenderem, por efeitos de posição, secundarizar as dificuldades no estabelecimento de relações com o abstratamente chamado “outro”, parte deles revelou sentimentos de autoexclusão

e de discriminação, evidenciando a dificuldade de convívio com as diferenças, neste caso, também expressa na desigualdade social.

Dauster (2004), ao analisar as relações entre estudantes integrantes do sistema de categorias denominadas por seus entrevistados de “bolsistas” e “elite”, no universo de uma IES não pública da zona sul do Rio de Janeiro, o faz a partir das reflexões de Elias e Scotson (2000) a respeito dos “estabelecidos” e os “*outsiders*”. Estas categorias, de caráter relacional, são discutidas pelos mencionados autores em uma etnografia das relações de poder na comunidade de Winston Parva (nome fictício), próxima de Leicester, Inglaterra, localidade demarcada pela existência de um grupo de moradores antigos da “aldeia”, os *estabelecidos*, que se colocavam como pessoas de “valor humano mais elevado” que o dos moradores do “loteamento” construído em época mais recente, os *outsiders*, estigmatizados pelos primeiros.

Mesmo considerando não ser produtivo radicalizar a analogia que propõe, Dauster procura demonstrar que os integrantes das categorias “bolsistas” e “elites” convivem em relações de interdependência tensa e desigual, que tanto separam quanto unem, tais quais os “estabelecidos” e os “outsiders”. Segundo a autora, “as distinções entre as duas categorias são percebidas em função de relações de evitação e exclusão, em processos de estigmatização e rotulação” (DAUSTER, 2000, p. 3). Observa ainda que:

Nas queixas dos integrantes dos setores populares em relação a colegas de outros segmentos economicamente privilegiados, percebe-se que a chegada de seus membros à universidade particular é sentida como ameaça ao estilo de vida da universidade e à sua “qualidade”, embora o que se entende por qualidade não esteja definido em nenhum momento. (DAUSTER, 2000, p.4)

As análises de Elias e Scotson apontam ser graças a um maior potencial de coesão que os antigos residentes de Winston Parva, os “estabelecidos”, conseguiram reservar para as pessoas de seu tipo os cargos importantes das organizações locais, como o conselho, a escola ou o clube, e deles excluir

firmemente os moradores de outras áreas, aos quais, como grupo, faltava coesão. A exclusão e a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido constituíam-se em armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar.

No caso que analiso, não se faz adequado se referir a um grupo já estabelecido na faculdade quando da chegada dos estudantes bolsistas. Também não se observa nenhum grande potencial de coesão e montagem de estratégias visando à ocupação de cargos que confirmem poder, por parte de um grupo de possíveis estabelecidos. Desde o início de suas atividades acadêmicas, a faculdade conta com a presença em seu corpo discente de alunos beneficiários de um programa institucional de bolsas. Também é grande a presença, sobretudo em alguns cursos, de alunos que, embora não bolsistas, são oriundos de famílias de “baixa renda”. De fato, não é possível se referir a não-bolsistas ou a bolsistas como grupo, pelo menos no sentido sociológico atribuído ao termo.

A existência de percepções e atitudes discriminatórias confirma práticas mais isoladas, não se constituindo em uma estratégia de um grupo coeso, caracterizado por sentimento de pertencimento e formulador de estratégias de controle social e manutenção de poder.

Portanto, se os que discriminam compartilham da percepção de fazerem parte de algum grupo de “valor humano mais elevado”, tal percepção parece assentada em relações sociais estabelecidas para além dos muros da faculdade, amparadas em um sistema social que se estrutura de forma hierárquica e excludente.

Diante do inicial sentimento de discriminação e autoexclusão, os estudantes bolsistas, aos poucos, vão construindo percepções orientadoras de estratégias de diferenciação. Imbuídos da crença de prevalecer no quadro institucional um sistema meritocrático, pautado no alcance de resultados acadêmicos satisfatórios,

esforçam-se para torná-los evidentes, conquistando a almejada posição de reconhecimento e aceitação por parte do outro.

Se a inserção num outro universo, o da faculdade, apresenta-se como um desafio, também o é continuar pertencendo ao universo social de origem. Ao mesmo tempo em que se autopercebem e são percebidos, por familiares e amigos, como indivíduos detentores de qualidades especiais, acabam, muitas vezes, assumindo posição que desqualifica o universo social de origem como *um mundo pequeno, do qual não parece mais interessante participar*.

Por essa via, a posição de viver no limiar entre dois universos sociais distintos pode representar, ao mesmo tempo, satisfação pelos desafios superados, como também certo sentimento de solidão decorrente de uma ruptura com o universo familiar ou dos amigos. O sentido do pertencimento passa a constituir-se por muitas tensões e constrangimentos. Nesses termos, o processo de mobilidade assume significados expressivos dos prazeres da conquista, mas também tradutores de dores e sofrimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição de estudante bolsista imprime desafios às interrelações na nova posição e também traz à tona dificuldades de outra ordem. Torna-se muito evidente que a bolsa, por si só, não garante as necessidades intrínsecas à permanência e conclusão do curso superior, pois, além de ser preciso satisfazer aos critérios de competência exigidos para a sua manutenção, é também necessário dispor de tempo e de outro tipo de recurso para financiar os demais gastos com a faculdade.

Diante de tais condições e, dotados da autopercepção de que estão construindo trajetória ascendente, referenciados por atributos pessoais e excepcionais, cultivam a crença de que superar as dificuldades e permanecer estudando depende da capacidade individual de se colocar em sacrifício. Com base no que

discutem Mauss e Hubert (2005), ao demonstrarem a importância da dimensão não propriamente religiosa de tal ato, pode-se afirmar que o processo de mobilidade é orientado pelos valores associados à ética do sacrifício.

Só parece ser possível o deslocamento de posição social a partir da valorização de um sistema que exige não só dedicação, mas a abstinência relativa a determinadas práticas concebidas como propiciadoras de prazer e bem-estar.

No caso em questão, a conciliação proposta por Maus e Hubert entre o caráter obrigatório e utilitário do sacrifício parece clara. É necessário e obrigatório abnegar-se e privar-se para ser recompensado, pois, da mesma forma que é dando que se recebe, é também se sacrificando que se é recompensado. Postula-se a crença numa obrigatória recompensa diante do ato de dar-se em sacrifício, nos termos da moral da dádiva pautada nas obrigações de dar-receber e retribuir. Se me dou em sacrificio, receberei obrigatoriamente uma recompensa..

Os valores que orientam a ética do sacrifício se fazem presentes, em muitos casos, dentro de um quadro de alternativas referenciadoras de uma situação que pode resultar em perdas e riscos. Conciliar trabalho e estudo, por exemplo, pode representar, para muitos, o risco de perder a bolsa, uma vez que é preciso garantir percentuais mínimos de frequência e nota satisfatória à sua manutenção. Por outro lado, sair do emprego representa impor-se o sacrifício de abster-se de determinados consumos, e até mesmo ter que se utilizar de outras estratégias para as despesas relativas à continuidade do curso, como transporte, livros, cópias, lanches.

Por essa via, não somente o ingresso, mas também a permanência na faculdade, não são concebidos como processos que devam resultar da mobilização coletiva mais ampla, como uma bandeira política a ser empenhada. Constrói-se a crença na possibilidade da permanência e da conclusão do curso superior como uma vitória pessoal, com a certeza de que os compromissos pautados nas relações de

dar, receber e retribuir, tradutores da moral da dádiva (MAUSS, 1974) estão sendo cumpridos.

Percebendo-se em ascensão social e cultivando o princípio segundo o qual o percurso da vida deve se referenciar pela permanente necessidade de *crescer*, ou seja, pela expansão de si, pela autorização própria a se expressarem em público e pela minimização dos constrangimentos em diversos planos (a certos recursos materiais de serviços, por exemplo), os estudantes concebem o curso superior como a grande possibilidade de mudança no plano individual. Desse deslocamento social, alguns se atribuem uma posição de liderança no sentido de propiciar aos familiares e vizinhos as mesmas oportunidades conquistadas ou facilitadas por outrem. Essa atribuição nem sempre corresponde ao desejo social dos demais, razão pela qual, como já me referi muitos deles passam a se sentir estranhos no seu ambiente. Enfim, *crescer (toul court)* ou *crescer na vida* sinalizam uma abertura para o mundo, destacando a abertura em si, sem, necessariamente, um ponto de chegada pré-definido. Mais precisamente, expressa a virtude que cria o passaporte necessário à conquista de uma posição de maior prestígio social adquirindo, no sentido mais restrito, o significado de uma vitória pessoal. E, por isso mesmo, a distinção social que só é distinta (reconhecida) se apontar para as possibilidades e os quereres dos outros, isto é: *crescer* é necessário e possível.

Imbuídos dessa crença e, num processo de reprodução agonística do *crescimento*, os entrevistados manifestam um forte desejo de realizar um curso de pós-graduação. Na maioria, eles se referem a um curso de especialização *Lato Sensu*, mas também manifestam o desejo de cursar o mestrado e doutorado. Realizar o curso de pós-graduação e adquirir o grau de pós-graduado se constitui numa importante forma de consolidar o passaporte adquirido com o curso superior.

Nesses termos, obter o diploma de ensino superior, realizar uma pós-graduação e inserir-se no mercado de trabalho de forma melhor qualificada e socialmente valorizada colocam-se como formas objetivas do desejo de *crescer*, princípio orientador da vida. Embora pouco objetivado, esse desejo adquire o significado de mudança da posição de subordinação e alcance de maior prestígio e *status* social. Conforme definiu Bourdieu (1998), “os grupos de *status* impõem aos que neles desejam participar, além de modelos de comportamentos, modelos da modalidade dos comportamentos, ou seja, regras convencionais que definem a maneira justa de executar os modelos” (1998, p.16). Esses grupos, portanto, se distinguem não pela maneira de ter bens, mas de usar esses bens.

Como já destaquei, numa sociedade como a brasileira, reafirmo, tão operada por princípios de hierarquização e exclusão, o título universitário, bem como os seus mencionados desdobramentos, representam a grande possibilidade de também fazer parte de um grupo de *status*, onde seja possível ter voz e vez, igualando-se àqueles que se posicionam nos patamares mais elevados dessa hierarquia.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BERTAUX, Daniel. **Les récits de vie: perspectives ethnosociologiques**, Paris: Nathan, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DAUSTER, Tania. **“Uma revolução silenciosa”**: notas sobre o ingresso de setores de baixa renda na universidade. CES, set. 2004. Disponível em <

www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/TaniaDauster.pdf >. Acesso em: 30 de março de 2009.

ELIAS, Nobert. **O processo Civilizador**, 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____ & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERRAROTTI, Franco. **Histoire et Histoires de Vie: le méthode biographique dans les sciences sociales**. Paris: Librairie des Méridiens, 1983.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 2004

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: formas e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. Volume 2. São Paulo: EDUSP, 1974.

_____; HUBERT, H. **Sobre o sacrifício**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

NEVES, Delma Pessanha (org). Mediação social e mediadores políticos. In: _____. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2008. p.21 -44

SOUZA e SILVA, Jaílson. **“Por que uns e não outros?”** caminhada de estudantes da maré para a universidade. Tese (doutorado em educação). Faculdade de educação, Puc-Rj, Rio de Janeiro, 1999.

SOUZA, S. R. O pré-vestibular para negros como instrumento de política compensatória – o caso do Rio de Janeiro. In: Oliveira, Iolanda de (org.). **Relações Raciais e Educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2003.

TEIXEIRA, Moema de Poli. **Negros na universidade**: Identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003

VIANA, Maria José Braga. As práticas socializadoras familiares como locus de constituição de disposições facilitadoras de longevidade escolar em meios populares. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 107-125, jan./abr. 2005.